

Big Brother na Escola

Raymundo de Lima *



Depois que um professor foi esfaqueado numa escola, em Salvador (BA), a Secretaria de Educação daquele estado mandou instalar câmeras de vigilância na escola. No Brasil, cresce o número de secretarias estaduais e municipais de educação que tomam a mesma decisão.

Então, camufladas ou visíveis, as câmeras vão se banalizando também nas escolas e universidades, filmando preferencialmente alunos no pátio, nas salas de aula, refeitórios, corredores, até nos banheiros.

Por seu lado, os alunos também com seus celulares, escondidos, filmam colegas e professores, geralmente em situação constrangedora. Alguns vídeos vão parar na internet: o YouTube mostra um professor destruindo o celular de um aluno cujo “sonzinho” atrapalhava a aula e alunos sabotando professores em trabalho. Procedimentos como esses estão sendo conduzidos a processos judiciais em vez de uma análise profunda e debate sobre as consequências da presença de câmeras do dia-a-dia dos estabelecimentos de ensino.

Pais concordam

Muitas secretarias de educação e escolas particulares justificam o alto custo do sistema eletrônico de vigilância para permitir aos pais monitorarem os filhos em tempo real na sala de aula, recreio ou creche. Os pais concordam. Já os alunos argumentam que as filmagens têm o poder de protegê-los do *bullying* (intimidação física ou psicológica), do trote violento e do assédio moral e sexual de alguns professores.

Os pedagogos e professores ainda não sabem como se posicionar diante da invasão da privacidade no ambiente escolar. Embora haja desconforto para com o “Big Brother escolar”, monitorados por funcionários e alunos, cada qual com um propósito legal ou moral/imoral, insisto: é preciso pesquisas e debates sobre seus efeitos psicológicos, pedagógicos, sociológicos.

Sorria, você está sendo filmado

O panoptismo virtual já está naturalizado nos edifícios, supermercados, shoppings, bancos, hospitais, ruas, praias, estádios de futebol, entre outros locais públicos privados, alguém poderia perguntar: por que não aceitá-lo nas escolas? Afinal, as câmeras podem ‘ver’ e gravar atos delinqüentes. Mas os foucaultianos alertam que a intenção eletrônica de “vigiar” não garante, por si só, coibir ou punir atos delinqüentes. Até porque o aviso “sorria, você está sendo filmado”

hoje parece não causar incômodo nas pessoas vigiadas: vide a reação alegre dos exibicionistas e voyeristas.

Os especialistas midiáticos (no sentido de Pierre Bourdieu), apenas expressam opiniões. Vejam: um psicólogo diz que investir em repressão eletrônica instaura uma paranóia entre alunos e professores. Será mesmo? Um sociólogo vê na vigilância eletrônica indício de totalitarismo, tal como a ficção de George Orwell. Não seria um olhar conservador com verniz progressista? Uma educadora sugere uma nova proposta educacional, vaga e abstrata, que reproduz o manjado 'abstracionismo pedagógico'. Um advogado defende o direito das escolas e demais localidades instalarem mecanismos protetores para segurança pessoal e coletiva. Como contrapor esse argumento em tempos de violência urbana que também invade a escola?

Mas há que se perguntar: a vigilância eletrônica melhora ou piora a vida psíquica, social e educativo desses ambientes? A autoridade do professor é diminuída diante do olho eletrônico? É legal ou moral o uso de câmeras para "controle de qualidade" do trabalho do professor? As câmeras podem proporcionar uma sensação de segurança, mas também poderiam desencadear paranóia? Em nome da segurança, devemos aceitar um "vale tudo" invasivo da privacidade? Filmar o professor pode boicotar ou não o rendimento da aula? Até que ponto usar câmeras de celulares para filmar um professor em atitude não-pedagógica ou um aluno se drogando é eticamente correto? Será que a vigilância eletrônica prenuncia o esgotamento do modelo civilizatório no limite da barbárie ou é sintoma de um novo tipo de totalitarismo 'justificado'?



* **RAYMUNDO DE LIMA** é formado em Psicologia, Mestre em Psicologia Escolar (UGF) e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); professor do Departamento de Fundamentos da Educação, na área de Metodologia da Pesquisa, da Universidade Estadual de Maringá (UEM).